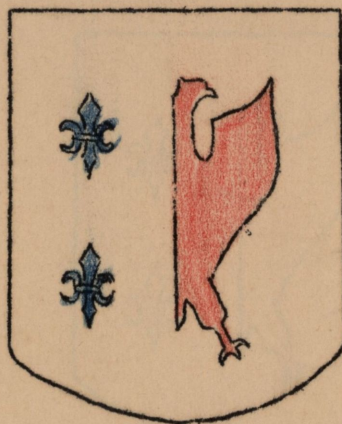


TRONCOS PAULISTAS
DA FAMILIA
ANTUNES MACIEL

Memoria genealogica de
Americo Brasiliense Antu-
nes de Moura.....



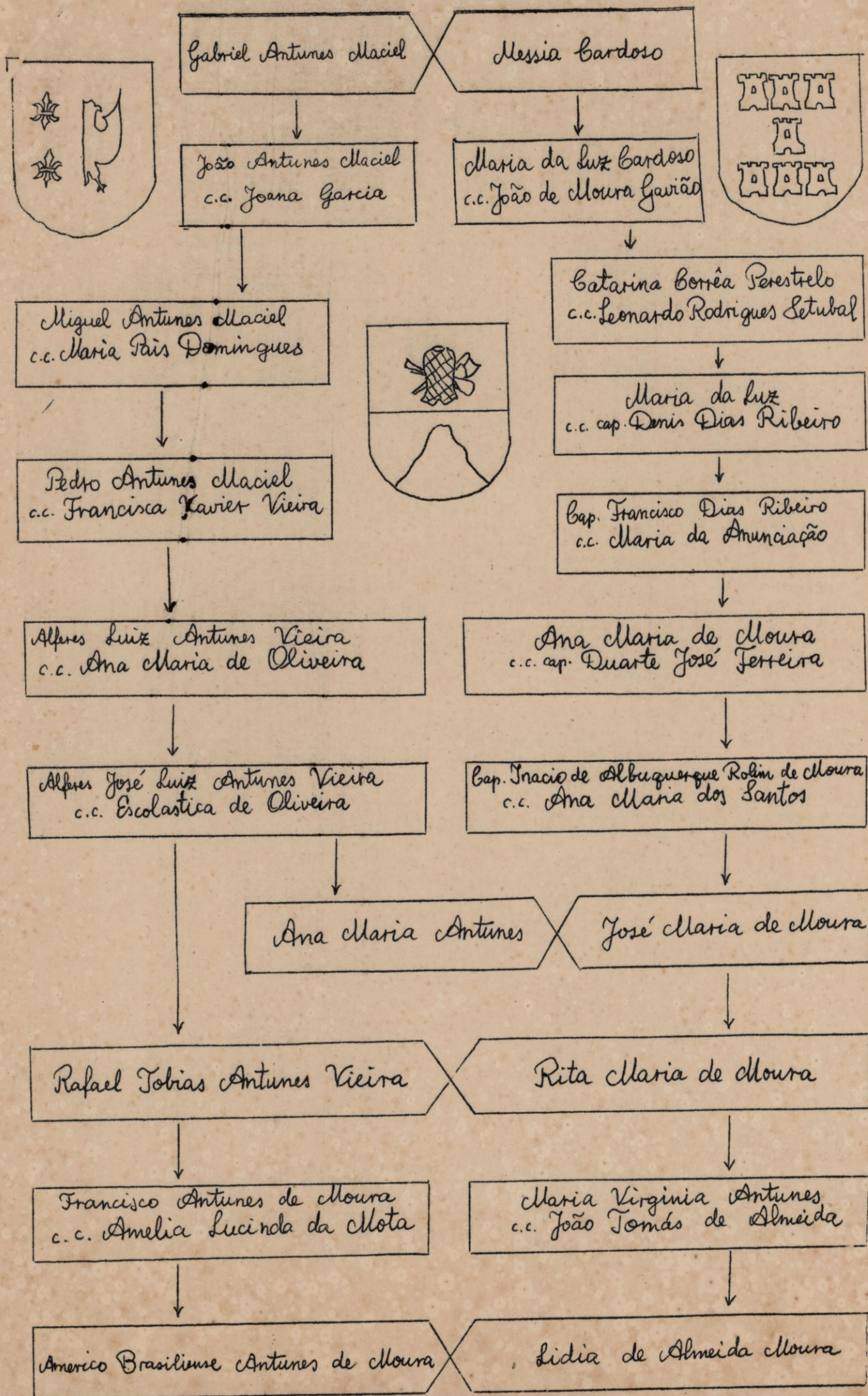
São Paulo - 1932

TRONCOS PAULISTAS
DA FAMILIA
ANTUNES MACIEL

Memoria genealogica de
Americo Brasiliense Antu-
nes de Moura.....



São Paulo - 1932



INTRODUÇÃO

A) NOSSA NOBREZA

Era seiscentista. Cinco gerações vicentinas cumpriam sua missão. Num agregado de famílias, em que se caldearam o sangue europeu e o americano, está assentado o fundamento indestrutível de uma nacionalidade nova. Após reiterada, mas infrutífera repulsa dos selvagens, assegurou-se a posse do planalto, pelo estabelecimento, nos flancos da vila de São Paulo de Piratininga, núcleo do povoamento, das vilas de Santa Ana das Cruzes do Mogimirim e de Santa Ana do Parnaíba. E os povoadores avançam, delineando-se já, como atalaias dos mamalucos paulistas, os primórdios das futuras vilas de Sorocaba, Itú, Jundiaí, Taubaté, Guaratinguetá. Pelo curso dos rios e pelas picadas abertas no mato, esses "portugueses de San Pablo", a que se aliaram não poucos castelhanos, repelindo para o ocidente e para o sul os jesuitas do Paraguai, e palmilhando em bandeiras audazes as terras do Paraná e Rio Grande, de Mato Grosso, Goiás e Minas, estenderam em leque, de lá muito, as suas entradas. Interrompidos os resultados iniciais da migração, que tinham enriquecido nas faldas do Jaraguá o filho de Afonso Sardinha, mas deixara pobres todos os outros exploradores, como Antonio Castanho, que foi morrer no Perú, e Clemente Alvares, que encaneceu na obsessão do ouro, era somente a preia do bugre que constituía fonte de renda para os nossos maiores. Fonte de renda e de nobreza. Barbaridade contra a qual se revolta o sentimento religioso, mas que o tempo e o meio impunham de modo imperativo, e que teve de ser tolerada pela religião e pelas leis, como obra de catequese, com o nome de administração. Dura necessidade social.

Em Portugal, no início da monarquia, enquanto havia infieis a combater, era nitido o conceito mediaval de nobreza, cujos tons de brutalidade germanica a flor cristã da cavalaria mal suavizara. A epopéia da expulsão dos mouros permitiu que esse conceito se mantivesse. Mas, terminada a reconquista do território, tinha de operar-se uma mudança — muitas das grandes casas sem a guerra não podiam manter o brilho dos seus brasões. No grande surto do espírito nacional, que instituiu a dinastia de Aviz, fez-se verdadeira revolução: como conta Fernão Lopes, foi inteiramente reformado o quadro da fidalguia portuguesa, e nessa remodelação muitos burgueses puderam preencher o vazio deixado pelos nobres decaídos, sobretudo pelos que tomaram voz de Castela. Persistiria, contudo, na consciencia de todos, a diferença entre a velha e a nova nobreza, diferença que a era dos descobrimentos e conquistas ultramarinas, em trabalho continuo de nivelamento, a pouco e pouco desfez. O valor militar continuou, sem duvida, a ser elemento da idea de nobreza, porém mais e mais sobrepujado pelo do dinheiro. E, desde que o comercio se tornou um meio de aquisição de titulos nobiliarquicos, aberto estava o caminho para o mecanismo, para o valor industrial que lograsse libertar-se do jugo das corporações.

Abandonada a terra muito tempo pela metropole, as primeiras levadas de povoadores que teve o Brasil foram muito heterogeneas. Perseguidos uns pela justiça, nem sempre justa, impelidos outros pela ambição, nem sempre condenável, ou até acossados pela fome, que em si mesma não é vergonhosa, para cá vieram criminosos, cristãos novos, judeus pertinazes, e, principalmente das ilhas, que forneceram a Portugal, numa experiência de dezenas de anos, a melhor preparação para o ambiente americano, fidalgos empobrecidos e gente "sem qualidade". Boa gente na maior parte. Em média eram melhores esses que os de sangue suposto melhor, vindos depois para comer o pão que eles dificilmente amassaram. João Ramalho, por exemplo, ainda que em degredo, como é de supor, e certamente embrutecido na medida a que se adaptou mais do que os outros, longe de merecer a guerra feroz que á sua memória se tem feito, se tornou credor de toda a benemerência, como á sociedade demonstra Afonso de Tournay. Todos, ou quasi todos, enquanto não puderam utilizar o braço escravo, que era preciso primeiro obter e depois adextrar, aqui tiveram de trabalhar rudemente para viver, exercendo penosos officios. A sua e nossa verdadeira nobreza constituiram-na eles nas nascentes vilas, a cuja governança tinham acesso todos os individuos aptos, em rigorosa seleção. Assim vemos, em São Paulo, no anno de 1585, Pedro Alvares Cabral, nobre insulano que, segundo os nossos genealogistas, recebera uma cutillada em Africa, do que não duvido, e foi capitão-mór governador, o que é inverídico, patentear em camara escrupulo na escolha de Domingos Luiz, o Carvoeiro, para cargo da república, porque ainda não era homem da governança, ("Actas", I, 372), e Domingos Luiz entrar para esta, de que foi sem duvida um dos ornamentos. E só em 1626 é que temos a prova de que se exigia desistência de officio, para empossar um alfaiate em cargo da camara (id., III, 244).

Nas paginas da "Nobiliarchia Paulistana", de Pedro Taques, o preconceito contra o mecanismo procurou apagar os traços da heroica luta, em que se manifestou o valor do trabalho na constituição da familia paulista. Ali, todos os troncos de nossas familias são de alta linhagem, sem eiva dessa e de outras manchas, todos vieram no estado maior de Martin Afonso de Sousa, e aqui se estabeleceram senhorilmente, com a grandeza requerida por seu foro. E aberto ficou o caminho para a suposição de que, se algum deles não desdenhou cruzamento com o sangue indigena, fê-lo segundo as leis da nobreza, só admitindo ao talamo legitimo legitima princesa das tabas brasilicas, de sangue tão azul como o seu...

Nascido em ~~1611~~ 1714, o linhagista viveu no periodo que, em média, se pode considerar da nona geração vicentina, numa sociedade que herdou o patrimonio de oito gerações brasileiras. No estudo das gerações mais proximas á sua, salvo pequenos deslizes, inevitaveis em trabalho genealogico, aprofundou com carinho a historia dos vultos notaveis do bandeirismo, cujos feitos o enchiam de orgulho, e no das mais remotas sómente procurou robustecer a prova da nobreza desses heróis, encadeando-lhes como pode as linhas ancestrais nos nobiliarios do reino. Quanto ás familias que no periodo aureo das entradas empobreceram, sobretudo se no eclipse da fortuna caíram no malsinado mecanismo, ai delas! Não ocorreu a Pedro Taques que poderia ter tido um passado brilhante e que as virtudes adormecidas do sangue haviam de renascer em gerações futuras. E fez pesar sobre elas o seu silencio, mais frio que a lousa do tumulo.

Entretanto, o que o estudo desapaixonado das fontes nos mostra é que os pioneiros de nossa civilização, os primeiros povoadores de Santo André e de São Paulo, tiveram de passar uma vida quase selvagem, em meio indígena. A primeira dessas gerações foi, por cruzamento natural com os índios, de aventureiros como o bacharel de Cananéia e seus companheiros portugueses e castelhanos, cuja ação se estendeu um pouco do litoral aos sertões do Paraná, e como João Ramalho e Antonio Rodrigues em S. Vicente e no planalto de Piratininga. Só nos deu mamalucos. A segunda veio aproximadamente da fundação de S. Vicente á da vila de São Paulo e consequente extinção da de Santo André. Nela, o elemento feminino ainda é quasi exclusivamente o indígena. É o sangue tupiniquim ou guaianá, puro ou das mamalucas da primeira geração. Nesse periodo, o capitão Jorge Ferreira, que veio a ser governador das duas capitanias, se casou com uma filha de Ramalho, que Hans Staden anos depois ainda considerava selvagem. Sómente depois de estabelecidos em São Vicente é que alguns moradores foram á Europa buscar suas famílias, e no planalto não existia então nenhuma mulher branca. A terceira geração, num periodo que se estende á era da retirada do padre Anchieta da capitania e á guerra de Jeronimo Leitão aos carijós (1585), ainda foi de elemento indígena dominante na familia paulistana. Foi quasi em seu inicio que, devidamente autorizado, o leigo jesuita Pero Dias se casou com uma filha de Tebirecá, e aindano seu decurso que tomou como segunda mulher uma mamaluca.

Se dessas ligações, que assinalam a origem de todas as familias paulistas, muitas foram ilegítimas, e se todas aos olhos de escrupuloso fidalgo foram irregulares, não vamos porisso renegar o sangue que elas nos deixaram. Cumpre-nos aceitar o fato, como o do pecado original, com humildade que não é incompatível com a ufania que devemos ter pelo surto das mais brilhantes virtudes nesse mesmo sangue. Pedro Taques, que, como observava Taunay, mal sopitou a vaidade de saber-se decimo quinto neto, por bastardia, de Afonso Henriques ("Ann.", I, 256), e que unia ao pendor aristocratico o maximo orgulho de paulista, no intuito de fazer ombrear a nossa gente com a dos palacios brasenados da metropole, fechou os olhos a muitos fatos. Não quiz vêr, por exemplo, que, enquanto um dos seus mais queridos antepassados, o nobre Pedro Leme, que até na maior pobreza ostentou tratamento de fidalgo, só se abalou do litoral, onde já então a vida era suave, para vir morrer junto aos netos, estes, com o bom sangue de Braz Teves, ainda mais se enobreciam pelo trabalho, nas agruras do planalto. E não chegou a vêr que na alta aristocracia portuguesa, até nas veias do marquês de Pombal, tambem corria no seculo XVIII o sangue dos índios do Brasil. Com esse preconceito, é claro, não podia o linhagista dar-nos um quadro completo e exato da familia paulista no primeiro seculo de sua existencia, no tempo em que um dos nossos mais nobres troncos, em S. Vicente e depois em S. Paulo, acumulava as funções de tabelião e de barbeiro.

É incalculavel o que a Pedro Taques devemos pelas pacientes pesquisas que fez, sem as quais nada hoje se poderia estudar da antiga genealogia paulista. Mas, apesar de sua honestidade, não sómente ele pecou muito por omissão, como não podia deixar de nos transmitir mais de uma fraude pia, das muitas que a tradição engendrou com vergonha que na maior parte dos casos se pode considerar hoje descabida. Silva Leme, sem a eiva do mesmo preconceito, fez a revisão do trabalho de Taques, suprimindo-lhe muita coisa e ampliando-o de modo original. Tambem devo lealmente declarar que me haveria sido impossivel empreender este trabalho sem o auxilio da "Genealogia Paulista". Mas infelizmente tambem ele, tendo tido a necessidade de compulsar muito maior numero de documentos,

já não encontrando a a maior parte dos que eram acessíveis a Pedro Taques, , e tendo demasiada confiança nas informações do linhagista, no muito que fez pouco pode fazer para a reconstrução histórica das nossas primeiras gerações. De ambos terei não raro de divergir. Não se entenda, porém, que eu tenha estulta pretensão de acertar sempre, onde eles falharam. Apontando o que considero errado na lição dos que foram e ainda com de ser os meus mestres, estou convencido de que também incidirei em erros, e para estes peço a Deus suscite, na douta crítica dos meus ilustres consócios do Instituto de Estudos Genealógicos, a devida correção.

B) A FAMILIA ANTUNES MACIEL.

Conforme Silva Leme ("Gen. Paul.", vol. I, tit. dos Carvoeiros), foi o casal seiscentista Gabriel Antunes Maciel --- Messia Cardoso o tronco conhecido desta família paulista. Sou ainda forçado a manter esse tronco, por não saber se Gabriel teve ou não teve irmãos.

Gabriel Antunes, que faleceu com testamento em S. Paulo em 1649, deixando quatro filhos menores, embora pareça ter tido vida curta, foi nobre cidadão que legou a família um nome honrado, e teve a gloriada transmitir-nos um sangue que se multiplicou em avultada e ilustre descendência.

Seus filhos habituaram-se desde crianças á vida dos sertões (v. "Inv.", XVI, 270 e 272), e foram intrepidos bandeirantes.

O mais velho (João, n. em 1642)), casando-se com Joana Garcia, filha de Miguel Garcia Carrasco e Ana Barbosa, sobrinha, por esta, do capitão Domingos Barbosa Calheiros, e traneta do cacique de Ibirapuera, foi estabelecer-se em Sorocaba e perlustrou os sertões em todos os quadrantes, até que, com 66 anos de idade, perdeu a vida nas Gerais, na hecatombe do Capão da Traição, episódio em que erroneamente se tem crido figurasse outro João Antunes, filho deste. O mais moço, (Antonio, n. em 1647), casando-se em primeiras nupcias com Ana de Campos, neta do celebre capitão Manoel Pires, e, em segundas, com Josefa Pais de Siqueira, também de genuino sangue paulista, depois de residir algum tempo em Parnaíba, estabeleceu-se em Itú. Constituíram eles assim dois ramos da família, o sorocabano e o ituano, e tanto um como outro tiveram magna pars no patriciado de nossas primeiras vilas ocidentais, pioneiras do grande movimento de expansão territorial de nossa gente. Quanto ao segundo filho (Gabriel, n. em 1643), casado com Maria de Borba, irmã do tenente general Manoel de Borba Gato, estava por essa aliança em

condições de deixar maior sulco nos anais das glórias paulistas, mas em 1681, no inventario de outra Maria de Borba, que suponho sua filha, encontrei referencia aos seus herdeiros ("Inv.", " XX, 372). Já era então considerado falecido. Se tem razão W. Luis em fixar entre 1670 e 1673 a data da entrada em que um Gabriel Antunes foi aprisionado pelos castelhanos de Santa Cruz de la Sierra, e se tem razão Taunay em reputar o mesmo paulista um dos chefes da bandeira ("H. das Band.", vols. IV e VI), teria sido este, e não o seu sobrinho homônimo, nondum natus, o bandeirante em questão. E, quanto á filha, Maria da Luz Cardoso, n. em ~~1647~~ 1645, casada em S. Paulo em 1661 com João de Moura Cavião, natural da cidade de Lisboa, veio a formar o tronco dos Mouras sorocabanos (Antunes, Rolins, etc-), os quais, salvo novas aquisições de sangue brasileiro, que ainda fizeram, estavam pelo determinismo das influencias ancestrais talhados para uma vida de menos acentuado bandeirismo, mas perfeito equilibrio no culto da lei e da grei.

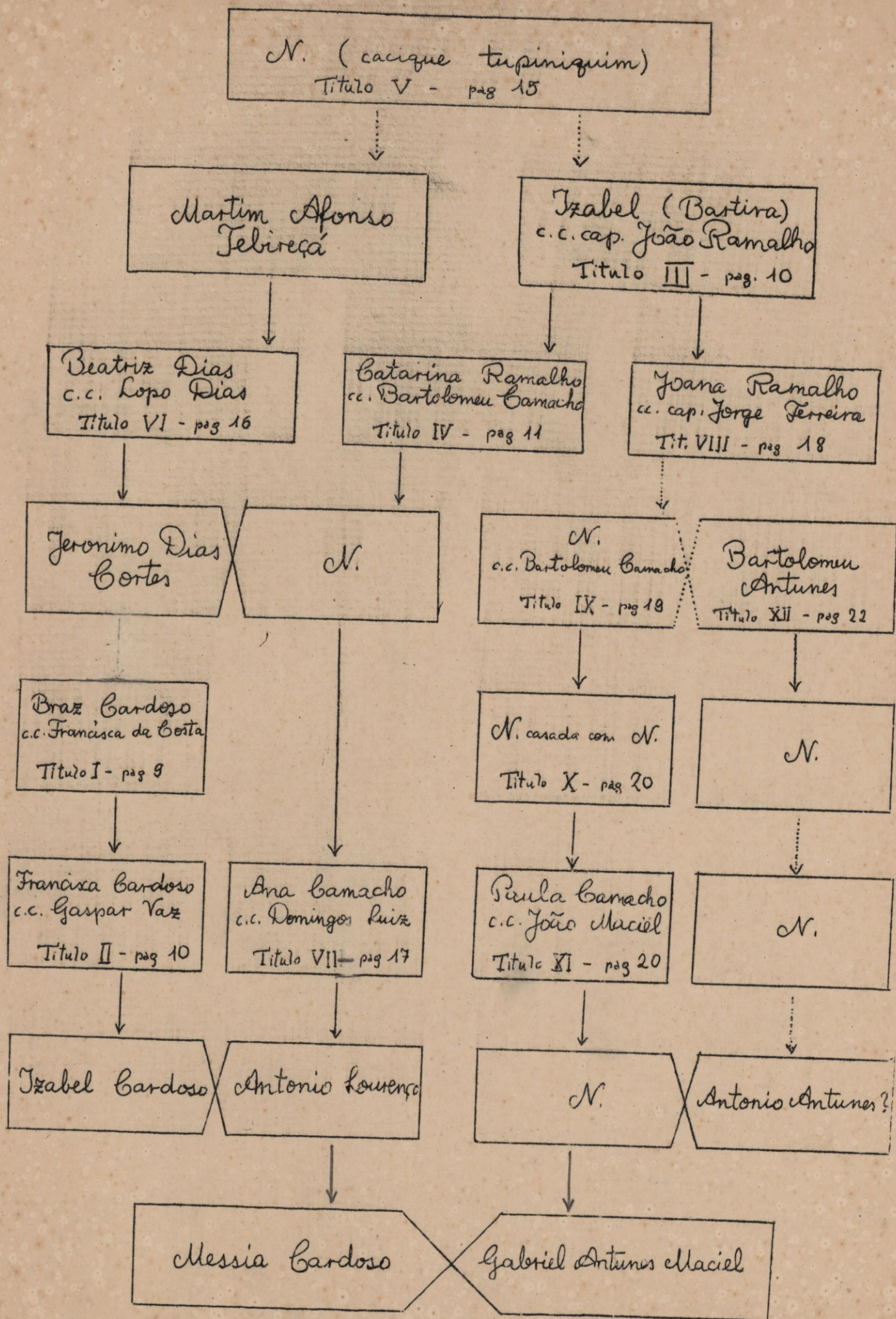
Netos em linha varonil de Gabriel Antunes, e lidimos expoentes de uma brasilidade que já se formara, pois desde meados do século XVII as forças divergentes que entraram na formação do nosso organismo social começaram a ter apreciável resultante centripeta, esboçando a consciencia de uma nacionalidade nova, foram os preclaros irmãos sorocabanos, cuja ação se estendeu do desbravamento das Gerais, regadas pelo sangue de seu pai, onde um deles, o coronel João Antunes, foi durante sete anos guarda-mór das minas de S. João del Rei, tendo também sido o primeiro juiz ordinário nessa vila eleito, ao descobrimento e conquista das minas de Cuiabá, em que particularmente se distinguiram nas lutas contra os índios selvagens. Também o foi o ituano Gabriel, que, se não erra o padre Burgés na indicação da data do episódio, aproximadamente 1691 (v. Taunay, ob. c., vol. VI), menino ainda, de cerca de doze anos, foi aprisionado no ataque à redução de S. Francisco Xavier, ficando alguns anos em cativeiro entre os castelhanos, e forneceu ao padre João Francisco de Arce, demonstrando perfeito conhecimento do sertão, minucioso roteiro da bandeira. E suponho que também fosse seu neto em semelhante linha, como filho de Gabriel Antunes e Maria de Borba, e enteado de Manoel Rodrigues Gois, cujo nome usava, o capitão Gabriel de Gois, "reputado oficial corajoso na guerra dos Palmares", e imolado com o seu tio João Antunes pelas emboscadas no capão da Traição, onde comandava um terço de carijós (D. de Vasc., "H. Ant.," 237-238).

Foram seus bisnetos : outro Gabriel Antunes, fundador do Alto Paraguai Diamantino; Estevão Cardoso de Negreiros e seu irmão o capitão Antonio Cardoso de Campos, guarda-mór das minas dos Crixás; o capitão Miguel Pais de Campos, que teve lavras em Cuiabá e foi capitão da leva das esmeraldas, chefiada por Inacio Dias Velho; o padre Pedro Domingues Pais, vigário de Sorocaba durante o segundo quartel do século XVIII; o coronel Bernardo Antunes de Moura, superintendente das minas do Paranapanema, e seus irmãos padre João de Moura e padre-mestre José de Moura, que foi um dos últimos reitores do collegio de São Paulo.

No extremo sul do Brasil, tem ainda em nossos dias brilho notável o nome da família Antunes Maciel, e com esse brilho ele reflue dos pampas para o resto do país, como se fosse estranho às tradições paulistas. Mas sob outros nomes, muitos dos quais também ilustres, e para cujo relevo ele também correu, o sangue desta família circula em grande parte da população de São Paulo e de outros Estados, e seria fácil assinalar, na magnífica resenha de descendentes notáveis do cacique Tebirecá, feita pelo ilustre presidente do Instituto de Estudos Genealogicos, o grande numero dos que nela entraram por este titulo. Urge, porém, deixar agora de lado as dez ou mais gerações que ela já tem, porquanto neste trabalho viso apenas estudar, e tenho a intenção de fazê-lo com critério estritamente científico, embora obedeça à voz do sangue, os seus antecessores historicos e conjecturais, nas cinco ou seis gerações vicentinas, de que Gabriel Antunes Maciel e Messia Cardoso foram herdeiros.

C) ESQUEMA DAS ORIGENS.

Segundo os nossos genealogistas, Gabriel Antunes era filho de Antonio Antunes e neto materno de João Maciel e Paula Camacho, todos portugueses. E Messia Cardoso, filha de paulistas, era netta paterna de Domingos Luiz, o Carvoeiro, e Ana Camacho, aquele português e esta paulista, e neto materno de Gaspar Vaz Guedes, da capitania do Espirito Santo, e Francisca Cardoso, de S. Paulo. Sou neste estudo obrigado a expôr os diversos titulos na ordem inversa da varonia.



Nota - As linhas interrompidas indicam relações hipotéticas.

Titulo I -- C a r d o s o s .

Da ascendencia do costado feminino de Messia Cardoso, nada pude pessoalmente apurar, e é muito pouco o que nos dão Pedro Taques e Silva Leme. Pouco e inseguro. Limitam-se os nossos genealogistas a determinar como tronco deste titulo Braz Cardoso, natural de Mesão Frio, casado com Francisca da Costa, de S. Paulo, o qual, cerca de 1600, se teria estabelecido com sua familia na paragem denominada Embiacica (informe de Azevedo Marques), e aí em 1611 fundou a vila de S. Ana das Cruzes do Mogi-mirim, de que foi padroeiro. Deixou uma filha, que não se sabe se foi unica, Francisca Cardoso, casada com Gaspar Vaz, do titulo seguinte, a qual faleceu em 1611, e cujo inventario ainda pode ser consultado. Nenhuma outra fonte indicam, além dessa, para tão escassas informações. Tendo esse português aqui contraído casamento e aqui residido durante longos anos, chegando a fundar povoação e originar vila, é inconcebível que não tivesse deixado sinal de sua existencia na relativamente abundante documentação que da época ainda conservam os arquivos de S. Paulo. Entretanto, nada encontrei a seu respeito. Os apelidos de sua filha e dos netos que por ela teve, poem em relevo o nome de familia Cardoso, e até uma destas linhas sugere a hipotese de parentesco com os Cardosos Pimentais do reino, mas isso no caso não é decisivo, porque também os Vazes, a que se filia o seu genro, poderiam ser Cardosos. É também admissível que Braz, ainda que também tivesse o nome Cardoso, não o tivesse usado, sendo em vida conhecido por algum outro. Entre os Brazes quinhentistas que encontrei em S. Paulo, somente um pode para confronto ser aqui lembrado: Braz Fernandes, sapateiro, que foi genro de Alvaro Anes (este povoador de S. André), o qual em 1590 ainda foi mencionado como aqui residente, e depois não teve nenhuma outra referência. Mas deste fato, sem o apoio de outros, nada me atrevo a concluir. Menos temerario seria supôr outra hipotese, que, todavia, somente avento com as devidas reservas. Braz Cubas, falecido em 1592, foi o primeiro dono das terras de Mogi, incluídas em sua sesmaria. Segundo frei Gaspar, sua illustre descendencia vem de uma filha natural, mas além desta descobriu Silva Leme mais um filho. Apesar da lição de Pedro Taques e do nome tomado por Francisca Cardoso e sua descendencia, eu insistiria em supôr Braz Cubas o tronco destes Cardosos, se o onomastico dessa descendencia apresentasse maiores indícios do que os que apresenta, que é a simples coincidência de um ou outro nome de batismo. Tenho, pois, de contentar-me com a parsimoniosa informação do linhagista.

Quanto á mulher de Braz Cardoso, Francisca da Costa, não posso com segurança filiá-la a nenhum tronco. Mas o fato de se chamar Catarina Dias, como algumas descendentes de Lopo Dias, uma de suas netas, e o de ter Lopo Dias tido fazenda aproximadamente no lugar em que se fundou a vila de Mogi, me autoriza a de algum modo relacioná-la com o tronco dos Dias Cortes, de que adeante tratarei. A solução é, porém, duvidosa, pois como distinguir da geração do primeiro casamento de Belchior da Costa, que era viuvo de Izabel Rodrigues, alguma filha do primeiro casamento de sua segunda mulher Suzana Dias, que tivesse adotado o nome do padrasto? Além disso, outros Costas houve em S. Paulo.

Não sei se também descende deste tronco um José Cardoso, que em 1616 foi arrematante no inventario de Francisco Ribeiro, e de que nenhuma outra noticia tenho.

Titulo II -- V a z e s G u e d e s .

"Teve começo esta familia, diz Silva Leme, em Antonio Vaz Guedes, natural de Mesão Frio, que, casado com Margarida Corrêa, veio residir na capitania do Espirito Santo". Antonio Vaz, que supponho o mesmo, residia em 1575 em S. Paulo, onde tambem existiram outros Vazes, como Manoel Vaz, homem da governança, que foi povoador de S. André, Lourenço Vaz, que foi tabelião, e Cristovão Vaz. Fosse ou não esse, o tronco deste titulo provavelmente passou a residir em Santos. Dele descobriu Silva Leme tres filhos, que declara nascidos no Espirito Santo : 1) Gaspar Vaz, casado em S. Paulo com Francisca Cardoso, do qual adeante tratarei. 2) Merencia Vaz, casada com Luiz Monteiro, filho de Antonio Rodrigues (de Alvarenga) e Ana Ribeiro (Baião). Faleceu em Santos em 1666, tendo enviuvado em S. Paulo em 1609. 3) Ana Corrêa, casada com o sargento-mór Antonio Pedroso de Alvarenga, irmão do referido Luiz Monteiro. Descobri ainda uma irmã de Gaspar Vaz, Domingas Rodrigues, que foi a ~~xxxx~~ terceira mulher de Bartolomeu Gonçalves.

Gaspar Vaz, frequentemente mencionado nos documentos antigos, e sempre sem o apelido Guedes, estabeleceu-se em S. Paulo cerca de 1593, e aqui foi da governança, antes de se fixar em Mogi e de lá se erigir vila, o que se deu precisamente no ano em que enviuvou, em 1611. Sobreviveu muito a sua mulher, esteve (salvo se foi o filho do mesmo nome), na bandeira de 1628, e anos depois ainda tinha fazenda em Mogi. Deixou os seguintes filhos:

- 1) Antonio Vaz Cardoso, casado com Felipa da Cunha Gago. Residiu em Mogi, e deixou geração.
- 2) Braz Cardoso, casado cerca de 1530 com Antonia de Chaves, enteada de sua irmã, Izabel. Foi tronco de Cardosos Pimentais.
- 3) Gaspar Vaz Cardoso, casado com Antonia Ribeiro, de quem foi primeiro marido; c. g.
- 4) Catarina Dias, casada com José Preto; c. g. em Mogi.
- 5) Francisca Cardoso, casada com o capitão Manoel da Costa Cabral, natural da ilha de S. Miguel, estabelecido em Taubaté, e tronco da illustre familia dos Costas Cabrais.
- 6) Izabel Cardoso, que supponho nascida pouco depois de 1600, falecida em 1661; foi a segunda mulher de Antonio Lourenço.
- 7) Domingas Cardoso, cujo estado ignoro, e que Silva Leme por erro de transcrição ou de revisão regista como Domingos.
- 8) Ana Vaz, falecida em Mogi em 1633, s. g.; foi a primeira mulher de Manoel da Cunha Gago.
- 9) Messia Vaz Cardoso, foi a segunda mulher de Henrique da Cunha Gago, o moço; c. g.
- 10) Violante Cardoso, mencionada no testamento de sua mãe com o nome de Maria, foi casada com Pedro Madeira; c. g.

Titulo III -- R a m a l h o s .

Nascido em Vouzela, distrito de Vizeu, na Beira, e filho de João Vieira Maldonado e Catarina Afonso, tendo em Portugal deixado ~~xxxx~~ mulher e um filho nascituro, João Ramalho veio para o Brasil, talvez degredado, cerca de 1510. Aqui fez vida marital com Bartira, segundo a tradição, ou Mbeci, conforme versão colhida pelo dr. Ricardo Gumbleton, inda essa que depois teve o nome cristão de Izabel, e era filha de um cacique tupiniquim, de que tratarei no tronco dos Tobireças. Foi fidalgo escudeiro da rainha, e no Brasil ocupou os cargos de alcaide-mór do campo e capitão da vila de S. André, fundação sua, e da vila de S. Paulo. De seu casamento natural com Bartira teve numerosos filhos, segundo uniforme tradição. Todavia, ou porque alguns já tivessem

falecido quando ele fez testamento, em 1580, ou porque tenha havido omissão do copista, as notas desse documento extraídas, encontradas por José Bonifácio em antigo manuscrito, e publicadas por W. Luis, só mencionam os oito seguintes, sem precisar que tenham sido os únicos :

1) André Ramalho. Não sei com quem foi casado, nem que descendência teve. A única notícia que dele encontrei foi a de Polanco, secretário de S. Inácio de Loyola, que diz ter sido o primogênito de João Ramalho, em 1553, o guia do padre Nobrega na excursão deste à aldeia de Tcbireçá, nos campos de Piratininga. Devia então contar cerca de quarenta anos de idade.

2) Joana Ramalho. Casou-se com o capitão Jorge Ferreira, de que tratarei em título especial.

3) Margarida Ramalho. Em falta de outras informações, identifiquei-a com Catarina Ramalho, que Silva Leme no vol. I assim havia filiado, casada com Bartolomeu Camacho, e que no vol. IX, sem razão suficiente, como no título imediato demonstrei, filiou ao tronco dos Ferreiras, como neta e não filha de João Ramalho, e casada com Gonçalo Camacho.

4) Vitorio Ramalho. Com o nome de Vitorino, mencionou-o Azevedo Marques, dizendo que foi assassinado pelos índios tupiniquins, nas imediações de S. Paulo. Silva Leme nada acrescentou a essa informação. E eu apenas uma vez o achei citado, então com o nome de Vitorio, como nas notas do testamento. Segundo as atas da câmara de S. Paulo, ele e outros notáveis mamalucos vieram em 1572 do Rio de Janeiro a S. Paulo em busca de índios para a guerra, e a esse alicenciamento se opuseram os paulistas.

5) Antonio de Macedo. Mencionou-o Azevedo Marques como casado. Apesar disso, e de ter em suas pesquisas descoberto um casal de filhos seus que apurou serem netos de João Ramalho, Silva Leme no vol. I ficou em tal dúvida que o deixou anônimo e qualificado como genro e não filho do alcaide-mór do campo. No vol. IX, à vista das notas do testamento, corrigiu o erro. Macedo foi sertanista de nomeada. Frei Gaspar o mencionou como possuindo, assim como seus irmãos e cunhados, desde cerca de 1540, chãos na ilha do Guaimbé ou Santo Amaro, onde tinha sesmaria João Ramalho. Em 1578 ou 1579, avistou gente para o padre Anchieta, conforme carta deste. Em 1580, na carta de sesmaria dos índios, foi indicado, com o pai e os irmãos, como senhores de terras confrontantes, para o lado de Ururáí. Tendo capitaneado com Domingos Luiz Grou uma grande entrada em que iam cerca de cincoenta brancos com muitos índios, foi a sua gente atacada na ida e na volta (1590 e 1593), perecendo quasi toda. Entre os poucos que se salvaram da furia dos selvagens, que apavorou a população de S. Paulo, como se vê nas atas da câmara, estava o seu filho Francisco Ramalho, Tamarutaca, que em 1601 obteve uma legua de terra além do Anhembi, rio acima, alegando em sua petição a qualidade do filho do homem honrado.

6 e 7) Marcos Ramalho e Jordão Ramalho. Destes nada encontrei. Mas houve um João Fernandes, qualificado em 1579 pelo padre Anchieta como irmão de Macedo, e depois como filho de Ramalho em ata da câmara (I, 166) - Talvez seja o mesmo que em ajuntamento de 1576 tem assinatura (In.º Ramalho), pouco inteligível.

8) Antonia quaresma. Suponho que fosse casada e com geração, pois o nome quaresma encontra-se mais tarde em moradores de São Paulo.

Título IV -- C a m a c h o s (ramo A).

Vejamos agora, da ascendência de Messias Cardoso, o mais discutido costado. Segundo todas as hipóteses encaradas pelo marechal Arouche na investigação da origem de Ana Camacho, das quais Silva Leme nos dá extrato no vol. IX da "Genealogia Paulistana", era ela filha de um Camacho, (Gonçalo, primeira e terceira tradições, bem como primeira e segunda opiniões de Pedro Taques; ou Bartolomeu, segunda tradição), e de Jeronima Dias (primeira, segunda e terceira tradições, e primeira opinião de Pedro Taques) ou N. Ferreira (segunda opinião de Pedro Taques). ~~xxxxxxx~~

E era neta materna de Jeronimo Dias (segunda tradição) ou de Lopo Dias (primeira e terceira tradições e primeira opinião de Pedro Taques), ou do capitão-mór governador Jorge Ferreira (segunda opinião de Pedro Taques). E Silva Leme, que com boa documentação dera no primeiro volume Ana Camacho como filha de Jeronimo Dias Cortes e N. Camacho, e neta materna de Bartolomeu Camacho e Catarina Ramalho, passou sem mais amplo estudo a adotar a segunda opinião de Pedro Taques, louvando-se na do marechal. Sem deixar de aproveitar muita coisa dessas contraditórias versões, o que em outros títulos farei, sustento a opinião que Silva Leme primeiro emitira, preferindo francamente o soneto á emenda, e vou agora demonstrar que os nossos genealogistas claudicaram no rumo que deram á solução do problema.

Documentando a filiação do vol. I, fizera Silva Leme referencia a uma nota escrita de proprio punho pelo padre dr. Guilherme Pompeo de Almeida, cujos termos são os seguintes: "JOÃO RAMALHO, FILHO DO REINO, TEVE UMA FILHA QUE CASOU COM BARTOLOMEU CAMACHO; ESTE TEVE UMA FILHA QUE CASOU COM JERONIMO DIAS CORTES; ESTE TEVE UMA FILHA QUE CASOU COM DOMINGOS LUIZ (O CARVOEIRO); ESTE TEVE UMA FILHA QUE CASOU COM JOÃO DA COSTA; ESTE TEVE UMA FILHA MARIA DE LIMA, QUE CASOU COM JOÃO PEDROSO; ESTES TIVERAM A FILHA ANA DE LIMA, CASADA COM O CAPITAO-MÓR GUILHERME POMPEO DE ALMEIDA." Filho destes ultimos era Creso parnaibano, que, assim, conforme o seu depoimento pessoal, era terno de Ana Camacho, TETRANETO DE JERONIMO DIAS, QUINTO NETO DE BARTOLOMEU CAMACHO, e sexto neto de João Ramalho. Isso em linha feminina. E, segundo as ultimas opiniões dos nossos genealogistas, teria sido terno de Ana Camacho, TETRANETO DE GONÇALO CAMACHO, QUINTO NETO DE JORGE FERREIRA, e sexto neto de João Ramalho. Pedro Taques certamente não teve conhecimento da nota do padre Guilherme, mas Silva Leme, que no-la revelou, como é que foi assim mudar de opinião?

Tinha ele adotado, completando-a com referencias esparsas do linhagista, a informação do padre Guilherme, e, como declara, chegou á nova conclusão depois de ter conhecimento das notas do testamento de Ramalho, a que já me referi, e do estudo do marechal Arouche. Mas estou certo de que não examinou bem o caso.

É verdade que nas notas do testamento não ha menção de uma Catarina, mas isso não pode dar-nos a convicção de que não tenha existido uma filha de Ramalho com esse nome. E ainda que para tanto fosse sufficiente, não o seria para infirmar a declaração do padre Guilherme, pois este tambem não mencionou dito nome, tendo considerado bastantes, para a identificação dos casais, os nomes dos maridos. Se ainda mantenho o nome de Catarina, é porque m'o indicara o proprio Silva Leme, porque esse foi tambem o nome da mãe de Ramalho, e porque acho explicavel como simples omissão ou erro de copia a circunstancia notada nas notas testamentarias.

Por outro lado, a conclusão a que chegou o marechal Arouche é, como o mesmo marechal declara e Silva Leme nos conta, uma conclusão tomada em desespero de causa, sem ter o marechal conhecimento da informação do padre Guilherme, e com exclusivo apoio na autoridade de Pedro Taques, por não saber ele realmente que caminho tomar no decalogo de tradições que encontrou. A informação do padre Guilherme é, por mais de uma razão, de muito maior peso que uma conclusão tão pouco segura. É categorica, e tem o valor intrínseco da propria fonte. Absurdo seria supôr que um homem douto como esse, nascido menos de oitenta anos depois da morte do seu sexto avô, indagando qual a sua ascendencia na linha desse antepassado, linha inteiramente radicada no solo da capitania, incidisse em grande erro na determinação de duas gerações intermediarias, isto é na dos nomes de seus quarto e quinto avós. E o absurdo chega ao extremo, se se considera que um tão nobre varão

Seria sem o saber quinto neto de um fidalgo de nomeada, que governou as capitâneas de S. Amaro e S. Vicente, que no Brasil viveu alguns decênios, e cuja descendência, como apaixonadamente observou João Mendes ("Notas Gen.", 91), teria desaparecido na obscuridade justamente quando maior brilho adquiria em S. Paulo a referida linha do padre Guilherme...

Independentemente da juntada de quaisquer outras provas, temos aí fundamento sobejo para a rejeição da segunda opinião de Pedro Taques e Silva Leme. Mas ainda não me dá isso fundamento para o ponto de vista que adotei. Com efeito, se examinarmos a segunda das tradições, que o marechal Arouche deixou de lado, veremos que conforme essa o padre Guilherme teria sido terno de Ana Camacho, TETRANETO DE BARTOLOMEU CAMACHO, QUINTO NETO DE JERONIMO DIAS, e sexto neto de João Ramalho. Confrontada esta genealogia com a do apontamento do padre, vê-se que a pouco se reduz a discrepância, que está apenas na inversão dos nomes de Bartolomeu e Jeronimo. E assim as duas versões até certo ponto se confirmam. Mas uma delas na referida inversão errou. Qual a errada? Se é mais provável semelhante erro em tradição oral, que mais tempo atravessou antes de ser reduzida a escrito, não é inadmissível no depoimento do padre Guilherme, tratando-se de ascendentes cuja biografia ele mal conhecesse. Mas tenho provas cabais em abono desse depoimento.

Em 1623, menos de cinquenta anos após a morte de João Ramalho, precisou a camara de S. Paulo de averiguar o parentesco existente entre as mulheres de Amador Bueno e André Lopes, vereadores elcitos, as quais eram ambas do tronco dos Camachos, sendo a primeira delas irmã da bisavó do padre Guilherme, e chamou para depôr, como pessoa antiga, Matias de Oliveira, de origem vicentina, descendente dos capitães-móres Antonio de Oliveira, Jorge Ferreira e João Ramalho. Declarou este sob juramento que o parentesco era de linha feminina, isto é, que as avós maternas das referidas mulheres de vereadores, as mães de Ana e Paula Camacho, eram meias irmãs, filhas do mesmo pai e de duas mães. Uma dessas, assim qualificada como filha do tronco Camacho, no ramo feminino de um dos seus dois casamentos, foi a tetravó do padre Guilherme.

Não é só. Confirmando, em linha colateral, essa determinação do tronco, encontrei informação prestada no ano seguinte á mesma camara pela propria Paula Camacho, do segundo ramo. Declarou ela em depoimento, de que o escrivão dá fé, que sua mãe era meia irmã da avó de Sebastião Fernandes Camacho, marido de Maria Afonso, cunhado de Pedro Alvaros, o moço ("Actas", I, 127). A avó de Sebastião Fernandes era, pois, filha do tronco Camacho, e mãe ou tia de Ana.

Ainda não é só. Com a observação prévia de que na epoca, ainda muito indiatica, por estar viva a tradição tupi de serem "os filhos ou as filhas de irmãos, sob o nome generico de nembira, considerados também irmãos entre si" (João Mendes, ob. cit., 314), as primas tinham o tratamento de irmãs, e os filhos de primas o de sobrinhos, ter-se-á confirmação plena da mesma determinação de parentesco em uma declaração de Domingos Dias, o moço, prestada á camara em 1607, de que sua mulher, filha de Maria Camacho, era tia das do escrivão da camara (João Vieira Sarmiento, que não sei com quem era casado, mas cuja mulher supponho fosse mais aparentada com Ana que com Paula Camacho), do procurador do concelho (Fernão Dias Pais, genro de Paula), e do juiz de orfãos (Josepe de Camargo, genro de Ana).

O que de tais e tantos elementos de prova se pode com segurança concluir é que o tronco dos Camachos foi Bartolomeu, e que este se casou duas vezes, uma delas com Catarina Ramalho, e que, tendo no outro ramo ao menos a filha que foi mãe de Paula, teve neste ao menos a que foi mãe de Ana, casada, portanto, com ~~xxxx~~ Jeronimo Dias, e não filha deste. E a propria mãe de Ana, ou sua irmã inteira, foi a avó do capitão Sebastião Fernandes Camacho. Irmã inteira da mãe de Ana ou da de Paula, se não foi uma delas, era Maria Camacho, casada com Cristovão Diniz, que residiu em Santos em 1567, passou para S. Paulo, onde foi vereador, de 1572 a 1575, e em 1576 morava

de novo em Santos, onde exerceu o cargo de almoxarife da fazenda real. De positivo, tenho de contentar-me por ora com isto. O mais são conjecturas, que, entretanto, é mister sejam examinadas.

Em relação ao outro casamento de Bartolomeu Camacho, procurando nas próprias tradições errôneas uma parcela de verdade, considero admissível que ele tivesse sido com filha de Jorge Ferreira e neta de Ramalho, modificando levemente a segunda opinião de Pedro Taques. Salvo o nome de batismo do tronco, reduz-se assim o erro do linhagista ao fato de ter atribuído a Ana Camacho a linha de ramo diferente, que adiante estudarei em separado.

De Bartolomeu Camacho, entretanto, não encontrei menção expressa na documentação quinhentista que está ao meu alcance. Com esse nome, só encontrei um morador de S. Paulo, em 1601, data que o relega para a segunda ou terceira geração dos Camachos. E com o de Bartolomeu Ramalho, também uma só vez, o de um provável descendente do tronco, em 1580. Tenho de concluir que ele residiu em Santos ou S. Vicente, no segundo quartel do século XVI. Mas ainda assim, é de estranhar o fato de não se encontrar nenhuma referência ao seu nome nos documentos da época. Como era então muito frequente abreviarem-se os nomes, devo ainda supor que fosse ele um dos Bartolomeus que com outros apelidos os documentos indicam. E dos que descobri, um está bem indiciado para a identificação. O genro de Ramalho, principalmente se foi genro também de Jorge Ferreira, não poderia deixar de possuir terras na ilha de Guaimbé ou de S. Amaro, como os demais cunhados seus, pois que ali estabelecidos, como ha pouco lembrei, os declarou frei Gaspar. E o mesmo frei Gaspar nos dá notícia, como no título dos Antunes recordarei, de um Bartolomeu Antunes, que teve engenho na mesma ilha. Essa circunstância me parece identificar como uma só pessoa Bartolomeu Antunes e Bartolomeu Camacho.

Quanto à sua descendência, além do que ficou apurado, e do que tenho de estudar em outros títulos, suponho a ela pertencessem, mas talvez já em segunda geração, de um ou outro dos matrimônios, os seguintes: 1) Gonçalo Camacho, que em 1588 residiu ou esteve em S. Paulo, ("Actas", I, 345), e que em 1593 foi um dos poucos que se salvaram, da bandeira de Macedo (ib., I, 476). Deve ter residido em Santos, onde em 1614 morava seu filho Jorge. 2) Ana Camacho (mãe, tia ou prima da outra do mesmo nome), casada com Domingos Afonso. Este em 1579 residiu em S. Paulo ("Actas", I, 147 e 150); em 1585 morava em S. Vicente ou Santos (ib., 281); e teve em S. Paulo chãos que vendeu a Antonio de Siqueira ("Reg.", VII, 23). Outro do mesmo nome, que era carpinteiro e homem da governança, residiu em S. Paulo de 1597 a 1602. 3) Beatriz Camacho, casada com Francisco Farel. Este, segundo as atas da camara, aqui residiu de 1584 a 1588. Creio que por engano, o "S. Paulo Antigo" (fasc. VI) deu-o como alcaide em S. André em 1556. Em 1595 sua mulher vendeu terras a Antonio Rodrigues, e em 1597 estava ele no sertão, no arraial do capitão João Pereira de Sousa. O referido bandeirante pode não ter sido o mesmo, mas um filho do mesmo nome, que em 1625 morava em Angra dos Reis em 1628 estava em Vitoria, no Espírito Santo. 4) Joana Camacho. Foi primeiro casada com N., o qual faleceu em S. Paulo antes de 1593 ("Reg.", I, 70, "Inv.", I, 290), e segunda vez com Francisco Maldonado, que aqui viveu até 1602. Foram seus filhos, além de outros menores, Manoel Luiz Alves, que residiu em S. Paulo de 1597 a 1600, e Agueda de Abreu, casada com Gonçalo da Costa, que enviuvou e faleceu em 1599. 5) Antonio Camacho, que se dizia "neto e filho de povoadores e conquistadores desta terra". Residiu em S. Paulo nos anos de 1592 e 1593, e de 1601 em diante. Em 1601, ano em que obteve chãos em Piratininga, pelo ribeiro Guaré (po) acima, confrontando com João Maciel, e em que também obteve provisão de advogado, declarou ser casado havia perto de vinte anos. Foi da governança da terra e ainda vivia em 1629 ("Inv.", VIII, 43). Irmãos deste foram José Alvares, carpinteiro e Esperança Camacho, segunda mulher de Francisco Rodrigues Barbeiro.

Com certeza de que seriam netos e não filhos do tronco, e de que foram deste ramo e não do do outro matrimonio, , além da mãe do capitão Sebastião Fernandes Camacho, de que acima tratei, indico também a mãe do capitão Jaques Felix, fundador de Taubaté, e Beatriz Camacho (segunda do nome), mãe de Paulo e Antonio da Costa, a qual foi segunda vez casada com Elchior da Veiga. Uma destas é possível que tenha sido a mãe de Ana Camacho.

Titulo V -- T e b i r e ç á s :

Salvo divergencias que já abordei no titulo anterior, relativas a gerações intermediarias, os nossos genealogistas, quando filiam Ana Camacho ao tronco dos Ramalhos, também a filiam ao dos Tebireçás, e, considerando unanimemente o cacique Martin Afonso Tebireçá, principal de Piratininga, como sogro de João Ramalho, no-lo apontam como cabeça deste titulo. E, porém, digno de nota que o mais antigo documento que especificadamente trata da genealogia dos nossos mamalucos, um manuscrito do começo do seculo XVII, publicado no vol. LI da Rev. do Inst. Hist., não permite, ~~pelos estragos do tempo~~, verificar o nome do cacique de quem foi genro o capitão-mór de S. André e de S. Paulo. E mais de um motivo me leva a não aceitar essa tradição, a despeito da uniformidade com que ela até nós chegou.

São esses motivos os seguintes : 1.o) O padre Simão de Vasconcelos, encerrando o necrologio de Martin Afonso Tebireçá, disse textualmente: "Muito deve a companhia a este principal e a toda a sua geração" ("Chron.", I, 185). E absolutamente não fazia o mesmo conceito da geração de Bartira, que considerou "de arvore ruim peiores frutos" (ib., pag. 93), e isso não tanto por causa do sangue de Ramalho, pois achou que o maior dos supostos crimes atribuidos a esse mamalucos, o desacato ao padre Leonardo Nunes, foi devido á "sua natural barbaria materna" (ib., 47). 2.o) O padre dr. Guilherme Pompeo chegou a apurar sua genealogia até o sexto avô, João Ramalho, e não apurou o nome do setimo, não se considerou descendente de Martin Afonso Tebireçá, por essa linha, sem denotar assim a intenção de ocultar origem indigena. 3.o) Pedro Taques, estudando a ascendencia de Ana Camacho, teve primeiro uma opinião, em que atingia Tebireçá pela linha dos Dias Cortes, e claudicou quando adotou outra, como fundamentadamente demonstrei. 4.o) Bartira, tendo-se casado com João Ramalho cerca de 1511, deve ter nascido antes de 1500, e Martin Afonso Tebireçá, falecendo em 1562, não morreu otogenario.

A incerteza em que se está, por falta de documentos, a respeito dos nossos antigos troncos indigenas, levou João Mendes a supôr uma só pessoa os chefes Fiqueroibi e Araraí (este irmão de Tebireçá). Mais plausivel acho a hipotese de que o sogro de Ramalho, Fiqueroibi ou outro cacique tupiniquim, sogro ou não de Antonio Rodrigues, fosse também o pai de Tebireçá e Araraí. Isso porque, como atesta Polanco, citado por Capistrano de Abreu, os filhos de Ramalho eram netos de um principal e aparentados com os mais poderosos entre os tupiniquins de Piratininga (Capistrano, in "Hist. do Br.", de frei Vicente do Salvador, p. 143). Fica assim explicada a filiação hipotetica de minha arvore de pag. 8 deste trabalho.

Só interessam aqui, dos filhos deste tronco, o proprio Martin Afonso Tebireçá e Bartira.

Esta, que se uniu a Ramalho cerca de 1511, teve com ele vida conjugal durante mais de quarenta anos, e deixou geração de que trato no titulo dos Ramalhos.

Martin Afonso Tebireçá, além de outros filhos e filhas de que não se sabem os nomes, teve uma filha, que recebeu no batismo o nome de Maria da Grã, e se casou, depois de 1554, com o leigo jesuita Pero Dias, de quem foi primeira mulher, e uma outra, Beatriz Dias, que anos antes se casara com Lopo Dias. Pero Dias veio para S. Paulo em 1555 e residiu sucessivamente nas vilas de S. André e S. Paulo,

onde foi homem da governança. Faleceu cerca de 1591, casado segunda vez com a mamaluca Antonia Gomes da Silva, de ascendencia guaianá (tapuia). Deixou nobre descendencia, de que Silva Leme se ocupa no respectivo titulo (vol. VIII). E Lopo Dias é o tronco do titulo seguinte.

Titulo VI -- D i a s C o r t e s .

Lopo Dias foi da governança das vilas de S. André e S. Paulo, e era português. Suponho que tenha vindo para o planalto entre os anos de 1544, em que outros brancos vieram viver com João Ramalho e os tupiniquins, e de 1555, em que o encontro estabelecido na vila de S. André, conforme as atas da camara. Em adeantada idade, em 1609, recolheu-se ao convento do Carmo, para o qual passou sua fazenda, tendo nesse ano e no anterior recusado por motivo de velhice a curadoria de seus netos, filhos do capitão Belchior Dias Carneiro.

Lopo Dias foi casado com Beatriz Dias, que Azevedo Marques, não sei com que fundamento, registou como filha de João Ramalho. Silva Leme, depois de tambem assim a ter filiado, mudou de opinião, reportando-se á obra de Pedro Taques, á genealogia escrita pelo padre Mascarenhas, e a algumas das tradições citadas pelo marechal Arouche. Tambem segui esta corrente, que é a unica pela qual me parece possivel filiar Ana Camacho ao tronco de Martin Afonso Tebireçá, limitando-me aqui a fazer pequeno aditamento á obra dos nossos genealogistas.

Silva Leme dá de sua geração apenas tres filhos: Izabel Dias, Suzana Dias e o capitão Belchior Dias. Suponho incompleta essa geração, pois, segundo a primeira opinião de Pedro Taques, relativamente á ascendencia de Ana Camacho, e em conformidade com duas das tres tradições encontradas pelo marechal Arouche, Lopo Dias teria sido avô de Ana por uma filha Jeronima, casada com Gonçalo Camacho. Já demonstrei que é erronea essa filiação de Ana, mas posso admitir que tenha existido, e até que tenha sido casada com Gonçalo Camacho, a referida filha de Lopo Dias. Mas com empenho maior aqui advogo a inclusão entre os filhos de Lopo e Beatriz Dias, de Jeronimo Dias Cortes, que a restante tradição referida pelo marechal Arouche considerava pai de Jeronima, sogro de Bartolomeu Camacho e avô de Ana Camacho, e que, fundado no depoimento de um descendente seu e em outros elementos de prova, demonstrei ter sido pai de Ana e genro de Bartolomeu.

Recapitulando: das tres tradições examinadas pelo marechal, todas as quais consideram Ana filha de Jeronima Dias e um Camacho (Gonçalo ou Bartolomeu), uma remonta a Jeronimo, no grau de avô, e as outras a Lopo Dias e Beatriz Dias. Mudados os sexos dos pais, considerando nesse grau o casal formado por Jeronimo e uma Camacho e não o constituido por Jeronima e um Camacho, sem introduzir nenhum elemento novo, apenas adaptando os mesmos que as tradições confundiram, é com o fundamento de todas essas tradições que passo a considerar Jeronimo como filho de Lopo Dias. Assim restabeleço em linha diferente a primeira opinião de Pedro Taques, segundo a qual Ana era bisneta de Tebireçá e neta de Lopo Dias.

Além da illustre descendencia que por sua neta Ana Camacho teve Lopo Dias, deixou ele ainda, pelo capitão Belchior e por Suzana Dias, descendentes notaveis, que muito se distinguiram nas entradas, e particularmente na fundação das vilas de Parnaiba, Itú e Sorocaba. ("Gen. Paul.", I, 34-36, e titulo dos Fernandes Povoadores). E o nome Cortes, que nunca encontrei referido ao tronco, em gerações posteriores se encontra com frequencia, especialmente em aliança com o nome Siqueira.

Título VII-- Carvoeiros .

A descrição deste título foi esmeradamente feita por Silva Leme, que lhe deu posição de relevo na "Genealogia Paulistana". Reporto-me em substância à sua lição, fazendo-lhe apenas pequenos aditamentos.

Domingos Luiz, alcunhado o Carvoeiro, casou-se creio que cerca de 1570 com Ana Camacho, de quem ficou viuvo em 1613, casando-se segunda vez com Branca Cabral, e falecendo logo depois, em 1615. Só encontrei menção de sua residência em S. Paulo a partir de 1578. Escolhido em 1585 para exercer as funções de almotacel, essa escolha provocou um protesto de Pedro Alvares, genro do capitão Jorge Moreira, que alegou não ser ele homem da governança. Mas apesar disso, desde então ele aparece nos diversos cargos da república, e afinal, não somente chegou, como assinalam os nossos genealogistas, a ser cavaleiro professo da ordem de Cristo, como veio a casar-se com uma das filhas daquele seu opositor, que foi a companheira de seus últimos dias. Cabe aqui lembrar o cochilo de Silva Leme, que confundiu esse Pedro Alvares com outro, que viveu cem anos depois e não chegou a vir ao Brasil tomar posse do cargo de governador da nossa capitania.

Domingos Luiz e sua primeira mulher fundaram no bairro do Ipiranga a capela da Luz, transferida em 1613 para o do Garepe, a qual foi a origem do atual Recolhimento da mesma invocação e ao nome atual do bairro. Dessa devoção veio à família em diversas gerações o frequente nome de batismo -Maria da Luz.

Sem geração do segundo matrimônio, teve ele do primeiro:

1) Inês Camacho, falecida em 1623, que em 1583 já estava casada com Francisco Teixeira Cid, de quem ficou viuva em 1594, casando-se em segundas nupcias com João da Costa Lima, o qual, depois de viuvo, se fez ermitão de S. Antonio, na atual rua Direita. Foi essa a bisavó do padre Guilherme.

2) Leonor Domingues, falecida em 1630, no estado de viuva de Josepe de Camargo, tronco dos Camargos. Encontrei menção da residência deste ilustre castelhano em S. Paulo desde 1585, e do seu exercício em cargos da governança desde 1592. Em 1612 ainda foi juiz ordinario, em 1613 apareceu no inventario de seu cunhado Domingos Luiz, o moço, e depois só o encontrei referido em 1616, mas suponho já fosse então falecido.

3) Domingas Luiz, casada com o capitão Ascenso Ribeiro, do tronco dos Baiões, grande sertanista, que dizem ter passado sete anos constituidos ou mais no sertão, e que, conforme os documentos que consultei, verifiquei ter residido em S. Paulo, sem intervalo tão grande, desde o ano de 1602 até o de 1636. Não sei se deixou geração.

4) Bernarda Luiz, casada com o capitão-mór Amador Bueno, o aclamado, uma das primeiras figuras do seu seculo; com descendencia nobre e conhecida. Suponho que o seu casamento se tivesse realizado cerca de 1606.

5) Domingos Luiz, o moço, casado cerca de 1608 com Felíciana Parente, de quem foi primeiro marido. Teve fazenda além do Anhembi e faleceu em 1613.

6) Antonio Lourenço, de que especialmente trato em seguida.

7) Miguel Luiz, de quem somente descobri que residia em São Paulo nos anos de 1615, 1622 e 1623. Com neste ano foi almotacel, suponho se tenha pouco antes casado.

Antonio Lourenço, filho de Domingos Luiz e Ana Camacho, foi da governança de S. Paulo, tendo sido juiz ordinario em 1621. Nasceu cerca de 1590 e casou-se, em primeiras nupcias, cerca de 1610, com Marina de Chaves, filha de Mateus Leme e Antonia de Chaves. Enviuvando em 1615, casou-se depois com Izabel Cardoso, do título dos Vazos Guedes. Faleceu em 1658, e teve os seguintes filhos :

DO PRIMEIRO MATRIMONIO:

- 1) Maria Leme de Chaves, que se casou em 1633 com o capitão João do Prado Martins, e deixou geração em Taubaté.
- 2) Antonia de Chaves, casada com o irmão de sua madrastra, Braz Cardoso, e falecida com geração em 1661. Casou-se cerca de 1630.
- 3) Ana de Chaves, casada cerca de 1630 com Paulo Pereira de Avelar, com geração.
- 4) Capitão Domingos Luiz Leme, casado primeiro em 1638 com Ana Cabral, e segunda vez com Leocadia de Vasconcelos; com geração em Guaratinguetá.

DO SEGUNDO MATRIMONIO:

- 5) Antonio Lourenço Cardoso, casado primeiro em 1644 com Maria das Neves, e segunda vez com Maria Luiz; c. g. em Taubaté.
- 6) Antonio Cardoso, casado primeiro com Potencia Leite, falecida em 1657, e em segundas nupcias com Maria Rodrigues. Faleceu em Taubaté em 1664; c. g.
- 7) Manoel Cardoso, casado com Catarina Rodrigues e falecido em S. Paulo em 1675; c. g.
- 8) Messias Cardoso, casado primeiro cerca de 1640 com Gabriel Antunes Maciel, falecido em 1649, e segunda vez com Francisco da Fonseca Aranha; c. g. de ambos os maridos.
- 9) Francisca Cardoso, casada com o capitão Manoel de Gois, falecido em Mogi das Cruzes em 1711; c. g.

Titulo VIII -- F e r r e i r a s .

Como se viu no titulo dos Ramalhos, uma das filhas do fundador de S. André foi casada com o capitão-mór governador Jorge Ferreira. Este fidalgo português veio na comitiva de Martim Afonso de Sousa e estabeleceu-se na ilha de Guaimbé ou Santo Amaro, onde fundou povoação, ainda no tempo em que era essa ilha frequentemente infestada pelos tamoios, e em que a defesa dos portugueses era principalmente constituída pelos tupiniquins aliados e pelos mamalucos da primeira geração. De 1543 a 1547, foi capitão loco-tenente do donatario da capitania de S. Amaro; dentro do mesmo periodo, em ausencia de Braz Cubas, capitão e ouvidor de S. Vicente, com poderes de Duarte da Costa; e, de 1567 em diante, capitão loco-tenente do donatario de S. Vicente. Notavelmente se distinguiu nas guerras contra os tamoios e os franceses, de que resultou a fundação do Rio de Janeiro e a de varias povoações do litoral. Em 1585 ainda encontrei menção do seu nome entre os homens bons que em S. Vicente compareceram á junta das duas vilas, convocada para tratar de guerra aos indigenas.

Do seu consorcio com Joana Ramalho não deu Silva Leme no vol. I a geração, mas indicou no vol. IX duas filhas, uma casada com Tristão de Oliveira, filha do capitão-mór governador Antonio de Oliveira, e outra casada com o tronco dos Camachos paulistas, que ele então considerou fosse Gonçalo e demonstrei ter sido Bartolomeu. Desta devo tratar no titulo seguinte, do ramo B dos Camachos. A outra ~~xxxxx~~ ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ deu origem a grande parte dos povoadores do litoral da Ilha Grande. Por ela foram netos de Jorge Ferreira, segundo Silva Leme, ao menos os seguintes filhos:

- 1) Matias de Oliveira, a quem ja fiz referencia, que se casou em primeiras nupcias com Izabel da Cunha (sua parenta na linha dos Lobos), enviuvou em 1616, casou-se segunda vez com Ana de Freitas, e faleceu no sertão em 1628. Nascido em Santos, foi nobre morador de S. Paulo, onde encontrei sinal de sua existencia desde o ajuntamento feito para a construção da igreja, em 1538, e aqui exerceu os cargos da republica. Uma duvida a respeito de sua filiação é trazida por uma declaração que fez, de ser neto de João Ramalho. Poderia ele não ter empregado o termo em sentido estrito; se o fez, poder-se-á supôr que seu pai se casou mais de uma vez, não ~~xxxxx~~ se lhe devendo, pois, logar neste titulo.

2) Manoel Ferreira, que existia ao tempo do inventario de Izabel da Cunha, mas que residiu no litoral.

3, 4 e 5) Clara, Lucrecia e Maria de Oliveira.

Jorge Ferreira e Joana Ramalho tiveram outros filhos.

Um deles, que tinha o nome do pai, foi em 1554 aprisionado num ataque aos tambois, e por estes selvagens morto e comido, como testemunhou e descreveu Hans Staden (ed. comem., 97 e 102).

Frei Vicente do Salvador faz referencia a outro, Baltazar, que no ano de 1564 lutou com um monstro marinho na praia de Santos. ("Hist. do Br.", 45).

Uma filha do mesmo casal foi casada com o cavaleiro fidalgo Cristovão Monteiro, que em 1556 foi provido no cargo de almoxarife em S. Vicente, e, passando a morar no Rio de Janeiro, aí teve provisão de ouvidor em 1563. Uma neta por esta linha, Catarina Monteiro, casou-se com o nobre genovês José Adorno, que, deixando grande descendencia, morreu com mais de cem anos de idade e, segundo o padre Vasconcelos e frei Gaspar, com sinais de santidade.

Tambem o documento copiado por José Bonifacio e publicado por W. Luis alude aos Ferreiras desta origem, antigos povoadores do Rio de Janeiro. A este tronco certamente pertenciam Estacio Ferreira, que em 1610 obteve sesmaria em Angra ("Sesm.", I, 73), e Antonio Ferreira, morador no Rio, que no mesmo litoral se estabeleceu (ib., I, 107).

Titulo IX -- C a m a c h o s (ramo B).

No pressuposto errado de que Paula Camacho e um irmão Gonçalo Camacho fossem naturais do Viana do Minho e não mamalucos, os nossos genealogistas logicamente tiveram de fazê-los encabeçar, ainda que não escrevessem os respectivos titulos, dois ramos distintos de Camachos brasileiros: o feminino, do tronco varonil dos Macieis, e o dos restantes, filiados assim a Gonçalo, ~~xxxxxxx~~ somente estes mamalucos. Dois ramos realmente existiram, mas com outras características e outra extensão que não essas, em virtude de dois casamentos de Bartolomeu Camacho, que foi o tronco. Consegui com segurança extrema-los em relação ás duas primas Ana e Paula Camacho, sem lograr descobrir a qual deles pertenceu Gonçalo. No estudo do ramo A, demonstrei que as duas matronas paulistas descendiam desse tronco em linhas femininas diferentes, tendo sido suas mães meias irmãs, filhas do mesmo pai e de duas mães. Verificando o erro em que incidiram Pedro Taques e Silva Leme, admiti então que a linha por eles atribuida á mulher de Domingos Luiz tivesse algum fundamento, mas para ser atribuida á mulher de João Maciel. Mantenho esse modo de ver.

Como adeante se verá, na época do casamento de Paula Camacho, cerca de 1572, seus pais, talvez já falecidos, eram considerados moradores da terra. E demonstrado já ficou que seu avô materno, Bartolomeu Camacho, provavelmente o mesmo Bartolomeu Antunes que residiu no litoral, fora na terra conhecido. Paula Camacho, ~~xxxxxxx~~ ao inves de ser reinol, sem raizes vicentinas, foi neta de Bartolomeu e segunda mulher, e esta provavelmente era neta de Ramalho.

Deste matrimonio, sei apenas que Bartolomeu teve a mãe de Paula. Talvez ao mesmo ramo pertencesse Maria Camacho, casada com Cristovão Diniz e filha do tronco, assim como, no grau de filho ou neto, Gonçalo Camacho, e no de neto Antonio Camacho. Mas, salvo em relação ao ultimo, de que ainda voltarei a tratar, fraquissimos são os indícios que tenho para uma filiação que satisfaça.

Titulo X -- N u n e s (?)

Se pude determinar quais foram os avós maternos de Paula Camacho, não tive a mesma felicidade no descobrimento de seus pais. Mas apesar disso não tenho de voltar atrás, e admitir com Pedro Taques e Silva Leme que ela veio de Portugal casada com João Maciel. O próprio João Maciel, que em 1578 teve como intermediário, em comunicação á camara, um cunhado de nome Gaspar Nunes ("Actas", I, 125), declarou em 1593, e o fez como titulo de merecimento, que era genro de morador da terra ("Reg.", I, 72).

Gaspar Nunes, casado, já residia em S. Paulo em 1564 ("Reg.", I, 150 e 183). Viveu aqui muitos anos, tendo-se segunda vez casado com Antonia Gomes da Silva, viuva em 1591 de Pero Dias, e ainda em 1615 tinha chãos no Garepe ("Reg.", II, 382), embora eu não tenha outra referencia á sua existencia depois do ano de 1609.

Mas, se Gaspar Nunes era irmão de Paula Camacho, de quem seriam ambos filhos ?

Um outro Nunes, Antonio, casou-se com filha de João Maciel e Paula Camacho, e esse eu o filio ao tronco dos Siqueiras de Mendonça, em virtude de haver toda a sua descendencia adotado o nome dessa familia. É possível que também Gaspar e Paula se relacionassem com o mesmo tronco, em linha paterna. Porém nada encontro que reforce a hipotese.

Existiu também um Baltazar Nunes, povoador de S. André e de S. Paulo, que em 1562 foi membro da comissão de fortificações da vila ("Actas", I, 16), e que em 1575 já era defunto, bem como a mulher, tendo seus herdeiros o dominio de uns chãos (id., ib., 80). E deste supponho que fosse filho Pero Nunes, falecido em 1623, viuvo tres vezes, de Izabel Fernandes, de Maria Jorge e de Catarina de Pontes, o qual teve um filho bastardo de nome Baltazar.

Se Gaspar Nunes e Paula Camacho foram irmãos, e se nasceram no planalto e não em Santos ou S. Vicente, poderiam ter sido filhos do velho Baltazar.

Mas também acho possível que Gaspar fosse não irmão, mas casado em primeiras nupcias com irmã de Paula Camacho, e, consequentemente, nada posso concluir.

Titulo XI -- M a c i e i s .

Classificando incidentemente em outros titulos os poucos membros desta familia de que tratou, Pedro Taques não escreveu para a "Nobiliarchia" o titulo dos Macieis. Mas a respeito ^{dele} ~~deste~~ assim se exprimiu: "A passagem e nobre qualidade de João Maciel, de Viana para o Brasil, consta nos autos de nobilitate probanda de Domingos Antunes Maciel, processados no ano de 1756 no juizo da India e Mina" ("Rev. do Inst.", tomo esp., 387. "Da trasnsmigração de João Maciel e da qualidade de sua nobreza, consta por documentos e certidões genealogicas, em uns autos de justificação de ~~xxxxxxx~~ Domingos Antunes Maciel, processados no ano de 1756, no cartorio de habilitações do reino" ("Rev. Trim.", XXXV, 236). Embora ele não tivesse usado outro apelido, teve filhos com o de Valente e netos com o de Parente, que nesse caso não atribuo, como fizeram os nossos genealogistas, ao tronco dos Raiões, de que estes também descendem. Sendo além disso em consideração o lugar de origem e a época em que veio para o Brasil, supponho João Maciel do mesmo tronco português de que proveiu o illustre capitão Bento Maciel Parente, que foi governador do Maranhão. Conforre as atas da camara de S. Paulo, encontro-o estabelecido em S. Paulo em 1572, com lavoura no bairro do Garepe, atual bairro da Luz. Aí obteve ele ainda chãos em 1593, sendo já chefe de numerosa familia, e no Manaqui, além do rio, mais tarde residiu a

sua viúva, assim como também estiveram estabelecidos alguns de seus filhos. Em 1581 tinha casas na vila ("Actas", I, 180), mas em 1584 residia no arrabalde (ib., I, 234). Serviu os cargos da república como almotacel (em 1581, 1585, 1587 e 1592), como procurador do concelho (em 1580 e 1590), como juiz (em 1593), e como vereador (em 1600). Em 1581 teve provisão do ofício de escrivão do campo, e no ano seguinte dos de tabelião e escrivão da camara. Deixou o exercício desses cargos em 1534, e só em 1591 tornou a ser provido em ofício publico permanente, o de contador e inquiridor, que sempre exerceu depois.

Os dados biográficos que consegui colher demonstram que era homem de índole moderada. No ano de 1590, quando os paulistas se alvoroçaram com as primeiras notícias de que a bandeira capitaneada por Antonio de Macedo, pelo índio Marcua e por Domingos Luiz Grou tinha sido inteiramente desbaratada, e que os índios levantados do sertão do Mogi marchavam em direção à vila, com a intenção de interceptar as comunicações com o mar e atacá-la, não se descuidou ele, como procurador que era, de fazer os necessários requerimentos em camara, afim de que se tomassem as medidas mais urgentes. E ele mesmo, que em 1585 não se abalara de S. Paulo para a guerra de Jerônimo Leitão, para estoutora seguiu em agosto de 1590 regressando a povoado em dezembro. O alarme continuou no tempo do capitão Jorge Corrêa. Este, em 1592, sumariamente ordenou a entrega da administração das aldeias aos jesuitas, e então João Maciel, como quasi todos os moradores de S. Paulo, a isso se opôs. Mas também foi contrario, no ano seguinte, a uma nova expedição de guerra, aconselhando apenas, em ajuntamento que se fez, medidas que reputava suficientes.

Desapareceu dos arquivos o seu inventario, que necessariamente se processou em S. Paulo. Suponho que faleceu em 1601, pois nesse ano encontrei a ultima referencia á sua presença, que foi em ajuntamento feito em abril, para resolver sobre posturas. É também possível que se tenha então retirado para o mar, onde pouco tempo depois fallecesse.

Disse Taques e repetiu Silva Leme que João Maciel veio para o Brasil com mulher, filhos e filhas ~~xx~~ casadas, todos portugueses, o que é absolutamente contestavel. Para fundamentar a contestação, bastaria a demonstração que fiz, de que sua mulher, Paula Camacho, era de familia paulista. Mas ainda se poderia supor que tivesse tido mais de um casamento, um no reino e outro no Brasil, e que os filhos fossem do primeiro, sendo assim parcialmente verdadeira a informação dos genealogistas. Vou demonstrar que todos os filhos de João Maciel nasceram em S. Paulo.

Taques sómente descobriu duas filhas: Ana Maciel e outra, que não nomeia, casadas ambas, diz ele, em Portugal, a primeira com dom Jorge de Barros Fajardo, nobre galiziano, e a segunda com Antonio Antunes, tronco dos Antunes Macieis. Tão convencido estava disso, que, falando de Catarina de Barros, filha da primeira dessas Macieis, observou não se saber se ela nasceu em Portugal ou no Brasil...

Silva Leme enumerou dez filhos de João Maciel, que descobriu, entre os quais se contam as duas referidas. Da segunda destas, diz textualmente: "N(CUJO NOME NAO PUDEMOS DESCOBRIR), QUE VEIU DE PORTUGAL, EM COMPANHIA DE SEUS PAIS, CASADA COM ANTONIO ANTUNES." ("Gen. Paul.", VIII, 263).

Passemos em rapida revista os outros nove:

1) Ana Maciel, casada com Jorge de Barros, que aqui foi da governança, mas que não usava o dom a que tinha direito. Descobri, em contrario á informação dos genealogistas, que o mesmo João de Barros declarou ter-se casado cerca de 1595 ("Reg.", I, 108), quando já fazia mais de vinte anos que o sogro morava em S. Paulo. E ás atas da camara não dão sinal de sua residencia antes do ano de 1598.

2) Maria Maciel, casada com Antonio Nunes, que morreu no sertão, na malograda companhia do capitão Martim Rodrigues. Este foi pai e não irmão do Francisco Nunes de Siqueira e Catarina de Mendonça, como erradamente disse Silva Leme. Poucas referencias lhe fazem as atas, uma em 1580 (seria o mesmo?), e as demais de 1592 em diante. E ele proprio declarou ter-se casado cerca de 1587 ("Reg.", I, 66 e 131).

3) Catarina Camacho, casada com Fernão Dias Pais. Não se teria efetuado este casamento antes de 1600, porque Fernão Dias nasceu cerca de 1576, como diz o inventario de seu pai, e ela ainda era viva em 1663 ("Doc. Int.", XLIV, 369).

4) João Maciel Valente, casado com Maria Ribeiro, da familia dos Baiões. Foi da governança de S. Paulo e foi pai do governador Estevão Ribeiro Baião Parente, este pai do capitão João Amaro Maciel Parente. O proprio Silva Leme observa que esse notavel paulista nasceu cerca de 1578 ("Gen. Paul.", VII, 230).

5) André Maciel, casado primeiro com Paula Gomes e segunda vez com Maria Tinoco. Como diz Silva Leme, faleceu em 1666. E não faleceu centenário. Casou-se a primeira vez cerca de 1606, e não foi mencionado em nenhum documento conhecido antes de 1607.

6) Justa Maciel, falecida em 1669, casada em primeiras nupcias com André Martins Bonilha, e em segundas com André Lopes. O primeiro casamento se efetuou depois de 1600.

7) Batista Maciel, casado com Izabel Rodrigues. Casou-se depois da morte do sogro, que foi em 1616. E viveu até 1654.

8) Lucrecia Maciel, casada com Francisco de Figueiredo. Este casamento realizou-se cerca de 1614. Descobri mais que foi primeiro casada, cerca de 1601, com Bento de Barros Basão, irmão de Jorge de Barros.

9) Domingos Maciel Valente, casado com Maria de Alvarenga. Seu casamento não foi anterior ao ano de 1616, em que faleceu no sertão do Paraupava o padrasto de Maria de Alvarenga, deixando-a ainda solteira. Nenhuma referencia a Domingos achei, anterior a 1615, ano em que ele era mordomo da confraria de S. Sebastião.

10) Um filho de João Maciel, omitido na relação de Silva Leme, foi Gaspar Maciel Aranha, que em 1605 fez matricula de carijós, em 1621 foi testemunha do casamento de Catarina de Pontes, em 1623 foi fiador de sua irmã Ana no inventario de Jorge de Barros, e que de 1627 em diante foi da governança de S. Paulo. Esteve na bandeira de Raposo em 1636, e em 1664 ainda apareceu em ajuntamento. Foi casado com Ana de Oliveira, filha de Rafael de Oliveira, o velho, e de Paula Fernandes.

Entre os filhos de João Maciel, portanto, nenhum se encontra em condições de corroborar a afirmação de Pedro Taques e Silva Leme. Nenhum poderia ter-se casado, porque nenhum era nascido, antes de 1572, quando o nobre vianense se estabeleceu em S. Paulo. E quasi todos eram menores quando ele deixou de existir, trinta anos depois de sua vinda para o Brasil.

Tit. XII -- A n t u n e s .

Em noticia incidente, mas repetida, asseverou Pedro Taques que o tronco da linha masculina dos Antunes Macieis foi um português, Antonio Antunes, casado em Viana do Minho cerca de 1570 ou antes com filha de João Maciel e Paula Camacho, tambem vianenses. Desse suposto reinol, que teria vindo com a familia da mulher para o Brasil, nada mais diz o linhagista, assim como Silva Leme, que repetiu a informacão, nem eu consegui descobrir coisa alguma.

Embora no ramo da linha masculina a que eu mesmo me filio, como patenteia o quadro genealogico de pag. 2 deste trabalho, seja o nome Antunes o unico que logrou atravessar tres seculos, transmitindo-se de modo ininterrupto de pais a filhos desde Gabriel Antunes até minha pessoa, e juntando-se sucessivamente ao dos Macieis, ao dos Vieiras (tambem Antunes, mas de origem insulana) e ao dos Mouras (tambem Antunes Macieis), isso constitue fato excecional. Antunes, como é sabido, não era originariamente nome de familia, era simples patronimico. Todas as antigas familias portuguesas, nobres e do povo, tiveram individuos desse apelido. Cada Sancho ou Paio que tivesse um filho Antão ou Antonio, o qual seria num caso Sanches e noutro Pais, teria assim semeado netos Antunes. Com o tempo, os patronimicos tornaram-se nomes de familia, mas compreende-se que seriam muito comuns, e não dispensariam a junção de outros nomes. ~~A~~ veja vista os Fernandes, Gonçalves e Rodrigues, que tanto abundam na população quinhentista de S. Paulo. E, porisso, de supôr que o referido Antonio Antunes, tivesse além desse outro nome de familia, e que por esse outro nome fosse conhecido em S. Paulo, deixando vestigios na documentação da epoca.

Além dessa duvida quanto ao nome, outra não menos importante ~~xxxxxxx~~ acode. Demonstrado como está que o suposto Antonio Antunes não poderia ter-se casado no reino, e sim no Brasil, em S. Paulo, nem poderia tê-lo feito antes, mas sómente depois de 1580, é lícito pôr em duvida que ele fosse reinol, e sinto-me obrigado ~~por~~ aos indícios de sua filiação a troncos paulistas.

Tratando dos primeiros povoadores de S. Vicente e dos engenhos que eles fundaram, na maior parte antes do ano de 1557, frei Gaspar dá noticia de Bartolomeu Antunes, que teve engenho na ilha de S. Amaro ("Mem.", § 106). Como a referida ilha fosse sesmaria de João Ramalho, e nela tivessem terras, cerca de 1540, os filhos e genros do alcaide-mór do campo (ib. ~~II~~ ^{II}), e como Bartolomeu Camacho, genro de Ramalho, residiu por esses anos no litoral, não ponho duvida em identificar um e outro como um só Bartolomeu, o que já deixei dito. Mas devo agora fazer abstração completa dessa identificação, afim ~~de~~ ^{de} prosseguir em minhas pesquisas na pista exclusiva dos Antunes.

Existiu, portanto, afazendado em Santos, na primeira metade do seculo XVI, um Bartolomeu Antunes. Ainda no mesmo seculo, ou o mesmo Bartolomeu, que já devia estar muito avançado em anos, ou um filho homonimo, obteve de Jeronimo Leitão, que foi governador de 1573 a 1576 e de 1579 a 1591, uma sesmaria em Angra dos Reis, assim como Simão Machado, que tambem residia em Santos. ("Sesm.", I, 179). Tambem Manoel Antunes, morador haveria oito ou nove anos numa povoação situada junto a Ilha Grande, ali requereu e obteve sesmaria em 1595, por ser o primeiro morador daquela terra (ib., 171). A este se refere em 1612 seu genro Antonio Ferreira, dizendo que "ele com sua pessoa e fazenda ajudara a conquistar esta capitania com seu pai, fazendo muitos serviços nela em tempo de inimigos, sendo nela muitos anos morador" (ib., 197). Supondo-o filho ou neto do velho Bartolomeu, creio que se trate do capitão Manoel Antunes, que, residindo em Angra dos Reis, assinou em 1611 cartas de sesmaria, como loco-tenente do donatario (ib., 202 e 204), em 1617 vendeu a Francisco Nunes Cubas terras que possuia em Santos, e que foi casado com Clara de Oliveira Lobo, irmã de Matias de Oliveira ("Gen. Paul.", IX, 68), a qual era sua prima, se não erro.

Foi esse o tronco dos Antunes Lobo, que, como os seus parentes, povoaram o norte do litoral paulista. Em 1611, alguns desses Antunes, em companhia dos filhos de Simão Machado, obtiveram sesmaria na mesma paragem; foram Manoel Antunes (provavelmente o já referido) e ...Antunes Lobo, provavelmente seu filho, cujo

nome de batismo é ilegível (~~ix~~-"Sesm.", I, 179) Isso faz supôr aliança de família entre ditos Antunes e os Machados. E em 1626 era juiz em Angra dos Reis Bartolomeu Antunes Lobo ("Inv.", VII, 155), cujo nome ao mesmo tempo indica a ascendência próxima do capitão Manoel Antunes e remota do velho Bartolomeu.

Não é, pois, de duvidar que os Antunes vicentinos, tendo ativamente participado das guerras contra os franceses e os tamoios, se estenderam por aquela região desde o inidio do seu povoamento, em fins do século XVI, estando já ali bem desenvolvidos depois de uma geração. E um desses Antunes, usando o mesmo ou outro nome, , continuando a residir no litoral ou passando para o planalto, , casando-se com uma prima, fosse o genro de João Maciel e Paula Camacho.

Dos Antunes Lobo em particular, pouca cousa mais encontrei, no curso do século XVII. Em 1644, pouco depois do casamento de Gabriel Antunes e Messia Cardoso, cujo primogenito nasceu em 1642, Bartolomeu Antunes Lobo, que não seria talvez o mencionado juiz de Angra, mas algum filho ou sobrinho, casou-se em S. Paulo com a orfã Ana Ferreira, filha de Antonio Ferreira e Felipa Gago, e neta materna de João Gago da Cunha e Catarina do Prado ("Inv.", VII, 199). Tinha este um irmão de nome Atanasio da Mota Lobo, e por isso é de supôr fosse neto do tabelião santista Atanasio da Mota, bisneto de Martin Afonso de Sousa, que foi genro de Simão Machado. Seriam também irmãos de Gabriel? Ou parentes em proximo grau? Da mesma idade ou de uma geração posterior, encontrei ainda menção de Manoel Antunes Lobo, que foi casado com Maria Pedroso, e cujos filhos Maria Antunes Maciel (!), Antonio Lobo e João Antunes Lobo se casaram em Itú no começo do século XVIII, tendo descendência, em que não reaparece o nome Maciel. ("Gen. Paul.", II, 257, 260 e 261). Não sei se se poderá atribuir a Maria Pedroso, cuja filiação não encontrei, o nome de família tomado por sua filha, nem sei se esse nome foi fielmente transcrito, por não dispôr da fonte de que se serviu Silva Leme.

Creio que da mesma origem vicentina também tenham sido os Pretos, em linha feminina.

Da origem destes, o que informam Pedro Taques e Silva Leme é que Antonio Preto, de nobreza conhecida, veio de Portugal para S. Vicente em 1562, com alguns filhos, nomeadamente Sebastião, Manoel, Inocencio e José. Deixando-os aqui, voltou a Portugal para trazer a mulher, e, afinal, estabeleceu-se em S. Paulo, onde já estavam os filhos morando. Nenhuma palavra sobre o nome da mulher.

O que consegui apurar é tão diferente que causa pasmo. Antonio Preto, como notavel homem da governança, foi contemporaneo de João Maciel, viveu em S. Paulo de 1565 a 1601. Teria vindo pouco antes, teria morrido ou passado a residir noutro lugar pouco depois. E, quanto aos seus filhos, exceto Domingas Antunes, que enviuvou em 1600 de Gaspar Fernandes, e uma outra que descobri, casada cerca de 1592 com João Sobrinho, nenhum teve nos documentos paulistanos a menor referencia, emquanto ele residiu aqui. E a respeito deles completo o silencio das atas da camara e dos inventarios mais antigos. Todos os filhos varões, mencionados por Silva Leme, e mais um que descobri, Francisco Preto, casado com Raquel Rodrigues, so-

brinha de Antonio Camacho, aparecem na vida publica, como os filhos de João Maciel, em pleno século XVII, uns em 1606 e 1607, e outros entre 1610 e 1620. Daí não se pode deixar de concluir que os filhos de Antonio Preto nasceram todos em S. Paulo, em fins do século XVI, e que os varões eram menores, todos ou quasi todos, quando ele em 1601 desapareceu. Se se quizer sustentar o texto de Taques, na parte em que ele dá aos

filhos de Antonio Preto naturalidade no reino, , ter-se-á de admitir que, ao contrario do que ele informa, o pai viera para S. Paulo trinta ou quarenta anos antes dos filhos...

Silva Leme, enumerando os filhos João, José, Sebastião, Manoel, Inocencio e Domingas, presume assim completa a descendencia de Antonio Preto, mas certamente não viu o seu inventario, de que não ha nenhuma noticia. Como além desses já descobri outros dois, um filho e uma filha, e nenhum dos identificados tem o nome de batismo do pai, não seria absurdo supôr que a este tronco se filiasse o nosso suposto Antonio Antunes. Mas essa hipotese me repugna pelo fato de estabelecer ua linha masculina de Pretos em que não se encontra um exemplo desse nome de familia, bastante honroso para ser lembrado pelos que a ele tivessem direito. A essa hipotese prefiro por ora outra, que é a de filiar os Pretos aos Antunes vicentinos, em linha feminina. Por sua mãe, provavelmente descendente do velho dono de engenho em Santos, e não vinda de Portugal com o marido, teriam eles esse nome, que principalmente conservaram em linha feminina.

Não logrei nesta pesquisa descobrir ao certo quem foi o genro de João Maciel, a que os genealogistas atribuem o nome de Antonio Antunes. Cheguei apenas á conclusão plausivel de haver ele sido não um português, mas legitimo paulista, neto, como os Antunes Lobos e quiçá os Pretos, de Bartolomeu Antunes, identificado com Bartolomeu Camacho. E nesta hipotese relembro que um dos descendentes de Bartolomeu Camacho, Antonio Camacho, exatamente no ano em que deixou de existir aqui João ~~xxxxxx~~ Maciel, voltou a estabelecer-se com familia em S- Paulo, fixando residencia no mesmo bairro em que moravam a viuva e os orfãos de João Maciel. Seria este o mesmo Antonio Antunes ? Ou o filho homônimo que teve, pois que em 1629 já era chamado o velho ?

Ultima hipotese.

Não fiz buscas em Portugal, nem sei se ainda lá existirão os autos de justificação de nobreza referidos por Pedro Taques, ou documentação equivalente, para a solução do nosso problema. Mas acredito que eles apenas deram ao linhagista, com segurança, a informação de haver sido Gabriel Antunes neto de João Maciel e Paula Camacho, sem determinação de linha masculina ou feminina. E nesse caso, o que melhor explica a falta de dados a respeito da linha dos Antunes é a hipotese de ser a mesma feminina, entroncando em Bartolomeu pelos Pretos, pelos Lobos ou por algum outro ~~Rx~~ ramo. E a linha masculina seria a dos Macieis, cujo tronco estudei no titulo anterior. Resta, porém, saber qual teria sido o filho de João Maciel que se casou com uma parenta de nome Antunes, e se esta era filha de Antonio Preto, de Antonio Camacho, ou de algum dos Antunes Lobos.
